

SUMÁRIO

1. PERSPECTIVAS GERAIS	13
2. MARCOS OBJETIVOS	19
2.1. Indulto como causa de extinção da punibilidade	19
2.2. A natureza da comutação	21
2.3. Indulto humanitário	24
2.4. Competência	26
2.5. Obediência - Norma de regência	26
2.6. Data da publicação do decreto	31
2.7. Natureza declaratória da decisão/sentença	32
2.8. Controle pelo poder judiciário	34
2.9. Indulto principal e comutação subsidiária	39
2.10. Data-base	40
2.11. Pena a ser considerada (integral ou comutações?)	44
2.12. Individualização das penas	46
2.13. Pena cumprida	48
2.14. (Ir)renunciável	56
2.15. Coexistência dos Decretos de indulto e comutação e análise cronológica	60
2.16. O indulto pode prejudicar?	62
2.17. Indulto no SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado)	65
2.18. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)	67
3. FÓRMULAS DE ANÁLISE	69
3.1. Fórmula de análise do indulto	69
3.2. Fórmula de análise da comutação	70
3.3. Eleição do Decreto/Norma de fundo (1ª Etapa)	71
3.4. Penas Objeto (2ª Etapa)	73
3.5. Discriminação e individualização das penas (3ª Etapa)	78

3.6. Requisitos objetivos + contraste com o tempo de pena cumprida (4ª Etapa)	82
3.7. Requisitos subjetivo (5ª Etapa)	85
3.8. Cálculo da comutação (6ª Etapa).....	90
4. CÁLCULO/ESTUDO DE CASOS.....	95
4.1. Estudo de caso 1:	95
4.2. Estudo de caso 2:	98
5. ANÁLISE INDIVIDUAL DOS DECRETOS DE INDULTO E COMUTAÇÃO..	105
5.1. Análise dos decretos de indulto de 2019 até 2021	105
5.2. Graça concedida ao Daniel da Silveira	107
5.3. Análise do decreto de indulto de 2022 (Decreto 11.302/2022)..	109
5.4. Análise do decreto de indulto de 2023 (Decreto 11.846/2023)..	117
5.5. Análise do decreto de indulto de 2024 (Decreto 12.338/2024)..	172
REFERÊNCIAS	230
MODELOS DE PETIÇÃO	245
POSFÁCIO	261